



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª SESSÃO E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1975 (Sexta-Feira)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 10/74

PARECER

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Lopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Francisco Escorsin, Wilson Fortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Petrângelo, Waldenício Barbalho, e Werner Wanderer. (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli e Luiz Alberto Oliveira. (3).

Verificada a existência de número Legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença no Salão Nobre da Assembléia, do Sr. Secretário de Recursos Humanos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 10/74, que aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de Complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia no referido Município. Pareceres *favoráveis* da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 15/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 04 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação, de fonia e telegrafia no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) PAULO CAMARGO — Relator

Oriunda da Mensagem Governamental nº 03/74, que encaminha para os fins constitucionais cópia autêntica do Convênio celebrado em 4 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia no referido Município, a proposição em epígrafe foi elaborada conforme estabelece o art. 47, inciso I da Constituição do Estado, que expressamente estabelece a competência do Chefe do Poder Executivo para firmar Convênios.

A competência do Poder Legislativo para aprovar o referido Convênio, está sendo cumprido pelo que dispõe o art. 22, inciso VII da Carta Estadual.

Formalmente, regimentalmente, a propositura está conforme.

Pela APROVAÇÃO nos termos do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) PAULO CAMARGO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/74

O presente Projeto de Resolução trata da aprovação de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação e telegrafia no referido município.

Tratando-se de medida que atende aos interesses da comunidade e que já mereceu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Assembléia Legislativa, nada há, no âmbito desta Comissão de Polícia, que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO BELINATI — Presidente

a) ARTHUR DE SOUZA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/74

1 — Tratam os Autos de Projeto de Resolução nº 15/74, ex-Proposição nº 10/74, que aprova termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia, no referido Município, cuja cópia autêntica de inteiro teor foi encaminhada para referendo deste Poder Legislativo através da Mensagem Governamental nº 03/74, de 11 de janeiro de 1974.

2 — Sendo vidente o interesse público conforme se depreende do texto do convênio celebrado e levando-se em consideração que os encargos financeiros que advirão ao Estado como resultante de sua aprovação, são os normais para tal tipo de cometimento administrativo, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução epígrafado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1974.

a) QUIELSE CRISOSTOMO – Presidente

a) JOÃO C. FADEL – Relator

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para o próximo dia 31, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 16/74.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Dácio Leonel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoeto, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrangelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli e Luiz Alberto de Oliveira. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

OSR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja dado um voto de pesar pelo falecimento do Delegado do Município de Céu Azul, Sargento JOSÉ FERREIRA, morto no cumprimento do dever.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Senhor Paulo Nogueira, Secretário Geral da Secretaria Especial do Meio Ambiente, por sua tomada de posição no que diz respeito à ameaça de que um Navio Finlandês pretende lançar seiscentas e noventa toneladas de arsênico na orla marítima do Atlântico Sul.

Outrossim, requerem, após a aprovação, seja oficiada a decisão desta Casa àquela Autoridade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O Governo da Finlândia, pressionado por uma forte Campanha de imprensa local, e pelo protesto de Países da Costa da África, determinou que o Navio Enskeri, com uma carga venenosa de seiscentos e noventa toneladas de arsênico, fique paralisado no Estreito de Dinamarca, acima do mar do Norte, aguardando uma decisão final sobre o seu destino, o que deverá ocorrer esta semana. Informações de Helsinqui, segundo a imprensa, dão conta que o referido Cargueiro de bandeira finlandesa, zarpou do Porto de SKOLDVIK, no sábado, dia quinze próximo passado, com destino ao Golfo Pérsico, o que de imediato preocupou as autoridades dos países costeiros deste Continente.

O Senhor Paulo Nogueira Neto, tomando as providências cabíveis e imediatas, no que concerne ao Brasil, promoveu gestões junto ao Itamarati, no sentido de preservar os interesses nacionais, no que diz respeito a vida marítima da costa Brasileira. O alerta do Senhor Paulo Nogueira Neto retrata, em síntese, a situação nos seguintes termos: – “nós não podemos abrir um precedente senão o Atlântico Sul vai virar lata de lixo do mundo. Não podemos permitir que outros países exportem sua poluição, principalmente com potencial perigoso, como é o caso do arsênico”.

A tomada de posição daquela autoridade, merece sobre modo, as congratulações desta Casa de Leis, daí a iniciativa de nosso Requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de congratulações ao Colégio Novo Ateneu pelo cinquentenário de sua fundação, que será comemorada no dia 25 de março.

A modelar Casa do Saber, que teve seu início com o notável espírito empreendedor-idealístico do Professor Elyzio de Oliveira Vianna, constituiu-se em motivo de orgulho da cidade de Curitiba. Por seus bancos passaram cidadãos muitos que se destacam nos setores produtivos e sociais, participando eficientemente, mercê da formação adquirida, do processo desenvolvimentista de nossa terra.

Requer, ainda, aprovado este Requerimento, dê-se ciência da decisão desta Casa ao dinâmico Prof. Dr. Dalton de Oliveira Vianna, Presidente da Associação de Ensino Novo Ateneu.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à GRONAU S/A — Indústrias Textéis, integrante do Grupo Delden da Alemanha, um dos mais importantes produtores de fibras sintéticas da Europa. Por seu maciço investimento em nossa cidade industrial e mais pela qualidade das instalações de sua indústria.

O grupo Delden operando em diversos países como Austria, Alemanha, Estados Unidos, agora em Curitiba, vem assim demonstrar sua confiança no acelerado progresso de nosso País, e principalmente em nosso Estado. Representando para o mercado uma segurança pela qualidade de seus produtos comprovados em muitos países.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário, dê-se ciência à direção desta prestigiosa empresa, instalada na Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Entendendo que a atualização e aprimoramento dos princípios e normas vinculadas às estruturas administrativas públicas, são fatores para o almejado desenvolvimento pleno, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserto na Ata da Sessão, voto de congratulações aos eminentes professores e doutores Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Luiz Roberto Werner Rocha, pela oportuna iniciativa de realizar, em dias de fevereiro, na cidade de Curitiba, o I Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, com a colaboração da Universidade Federal do Paraná e do Governo do Estado.

A promoção que se revestiu de pleno êxito, contou com a participação ativa dos mais respeitáveis nomes brasileiros e destacados mestres internacionais do Direito Administrativo. Um dos seus resultados imediatos, foi a organização do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo que congrega estudiosos e pesquisadores, muitos dos quais já tem oferecido inestimáveis contribuições à Sociedade.

Outrossim, considerando que os mencionados coordenadores do referido Congresso emprestam seus notórios conhecimentos, respectivamente à Universidade Federal do Paraná e ao Instituto Brasileiro do Café, Órgão dos Ministério da Indústria e Comércio, requer, se aprovado, ainda, este Requerimento, dê-se ciência aos mesmos da decisão da Casa.

Sala das Sessões, 21 de março de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o aceleramento da Rodovia Umuarama-Guaíra.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo aos Senhores Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde em Altônia.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Telepar, no sentido de que aquela autoridade estadual inicie estudos para extensão da rede telefônica ao Parque Industrial em União da Vitória, às margens da BR-476.

O referido serviço, muito necessitado pela população daquele local virá sanar uma série de dificuldades defrontadas pela sua inexistência e sobretudo, interligando o local às demais localidades.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de minhas atribuições regimentais, requeiro de V. Exa. após ouvido o Plenário, que se faça apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar o início imediato das obras de construção e asfaltamento da Rodovia MARINGÁ-COLORADO-SANTO INÁCIO.

Considerando que:

- 1 — Em 29 de maio de 1970 instituiu-se a Lei nº 6.101 de iniciativa do Poder Executivo que, através de emenda proposta pelo então Deputado Estadual Silvio Barros, estabelece em seu artigo 2º: "Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair o empréstimo adicional de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinada especificamente à implantação básica do trecho da estrada MARINGÁ-SANTO INÁCIO, nos termos do artigo 1º da presente Lei".
- 2 — Já naquela época, cinco anos atrás, esse trecho apresentava tráfego diário superior a 120 veículos de alta tonelagem, 400 veículos de tonelagem média e número superior de veículos menores;
- 3 — A estrada que serve a região, cortando os municípios de: Maringá, Iguaçu, Munhoz de Melo, Flórida, Lobato, Colorado e Santo Inácio, além de atuar como escoadura direta e mais de 15 outros Municípios; é precaríssima, estando em permanente colapso o transporte das safras agrícolas regionais. Atualmente com o crescimento extraordinário do número de veículos-dia que trafegam pela via, o estado de conservação, não obstante os esforços das comunidades municipais, é ainda mais crítico;
- 4 — Com as implantações asfálticas dos trechos Paranaíba-Dourados (MT), Campo Mourão-Cascavel e Iporã-Guaíra, Maringá torna-se o maior centro rodoviário do Estado. Entretanto, não possui opção adequada para dar fluidez ao tráfego com destino ao Estado de São Paulo, quando, o roteiro óbvio: RODOVIA MARINGÁ-SANTO INÁCIO, de apenas 85 quilômetros, é um câncer, uma ruptura nesse complexo rodoviário notável, que liga a Argentina, o Paraguai, o Estado de Mato Grosso, o Oeste e Noroeste do Paraná à todo o País.
- 5 — O DER, em documento oficial anexo, informa já dispor do projeto final de engenharia, cuja ordem de serviço foi emitida em 19 de setembro de 1973, com determinação de início de asfaltamento imediato;
- 6 — Juntamos ao presente o mapa oficial da Secretaria dos Transportes, no qual está determinado a pavimentação da RODOVIA MARINGÁ-SANTO INÁCIO, com conclusão de obras no ano de 1974, num trecho de 85 quilômetros e custo de 51 milhões de cruzeiros;
- 7 — Nestes próximos 4 anos a Secretaria dos Transportes terá a seu dispor, aproximadamente 4 bilhões de cruzeiros para pavimentar, construir e conservar, em torno de 5 mil quilômetros de rodovias;
- 8 — Considerando finalmente que o Governador Jayme Canet Junior, em vez de propor um plano administrativo em sua posse, limitou-se a estabelecer diretrizes gerais de conduta, entendemos indubitavelmente que o atual Governo, pretende dar execução a um plano já elaborado, convenientemente planejado, e que, não foi realizado em virtude da ausência de maior entusiasmo e da falta de critério administrativo coerente dos três últimos Governos do Paraná; Compreendemos que, devemos estender as mãos ao Governo Jayme Canet Junior, os anseios legítimos e justos de uma região marginalizada, que tem sido desres-

peitada e ludibriada pela atitude governamental: A REGIÃO DA RODOVIA MARINGÁ-COLORADO-SANTO INÁCIO.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) WALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de seus direitos e na forma regimental, requer, a V. Exa. que ouvida a Casa, seja encaminhado expediente aos Senhores Diretores da COPASA e Instituto Brasileiro do Café, no sentido de ser racionalizado a distribuição de caminhões de carga de sorte a não sobrecarregar de uma só vez a descarga e carga em um só estabelecimento armazenador.

O presente, tem em vista reclamação, através abaixo assinado de diversos motoristas, que me foi encaminhado por intermédio do Prefeito Municipal de Palmeira, no qual reclamam do fato e que lhes vem causando grandes transtornos, uma vez que a destinação de inúmeras cargas a uma só unidade armazenadora faz com que fiquem dias na fila, aguardando oportunidade para carga e descarga além da morosidade do serviço.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que aquela autoridade estadual tome providência, através de órgão competente da citada Pasta no sentido de que sejam enviadas, com a maior brevidade vacinas anti-meningite, para o Município de Ponta Grossa, face aos casos já comprovados de surto existentes na referida cidade.

Apesar de reiterados pedidos de autoridades, a Pasta de Saúde ainda não tomou qualquer providência a respeito.

Em determinado estabelecimento escolar, dez casos já se verificaram, com o consequente internamento dos escolares.

A Associação de Pais e Mestres já solicitou a interdição da escola, face o perigo que vem representando a meningite ali.

A Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social deve e tem que tomar uma providência urgente, pois, a continuar a situação, o fato poderá se tornar uma calamidade, com o fechamento das escolas da cidade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 26/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, autorizado a construir um prédio de alvenaria, em terreno a ser doado pela Curia Metropolitana, localizado junto à Igreja Santo Antonio, destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau, do Grupo Escolar Santo Antonio, em Colônia Orleans.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Colônia Orleans, de há muito se ressentia da ausência de um pré-

dio de instalações satisfatórias, e em condições de atender o número elevado de crianças em idade escolar, pois que as instalações do Grupo Escolar Santo Antonio, ora em funcionamento, encontra-se em estado precaríssimo, não fornecendo aqueles alunos, os mais elementares requisitos a um Grupo Escolar, urgindo portanto, que seja construído um novo prédio no terreno a ser doado pela Curia Metropolitana. Desta forma, solicitamos dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente Projeto de Lei.

OSR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

OSR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo a Tribuna para dizer a V. Exa., Sr. Presidente, da feliz oportunidade que teve o ilustre Deputado Bastos Oliveira ainda hoje, em apresentar à esta Casa Projeto de Lei em que se prevê uma nova organização fiscal a fim de que as Cias. de Economia Mista estejam subordinadas a uma prestação de contas ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas. Ainda ontem "O Estado de São Paulo" dava conta que o Governador paulista houve por bem decretar esta medida, e hoje, o jornal "O Estado do Paraná" comenta a respeito disto, indagando se o mesmo acontecerá ao Paraná. Portanto, é uma medida de caráter nacional que vem se alastrando para que tenhamos uma fiscalização destas companhias, porque, afinal de contas, o Estado, sendo o acionista majoritário, o povo do Paraná deve ter o direito de saber das coisas que andam nestas Companhias, através do Poder Legislativo. Mas, Sr. Presidente, tenho um caso concreto nas mãos do que afirmei ontem aqui, que enquanto nesta Casa, muito bem dirigida pela atual administração, se procura fazer economia, até de uma simples cópia, talvez cuidado em excesso do emprego do dinheiro do povo, não acontece o mesmo nestas companhias.

Tenho em mãos e todos os Srs. receberam da Sanepar um caderno ilustrativo de demonstração, num esbanjamento do dinheiro público, porque não posso conceber que enquanto faltam cadernos para distribuir às crianças se gaste o dinheiro do povo, se esbanje o dinheiro do povo numa demonstração evidente que é, até certo menosprezo com o dinheiro do povo, aqui está em mãos a sofisticação mais requintada que pode haver, num relatório que me parece sem nenhuma base estrutural.

Sr. Presidente, vejo a maneira, diferente de ser tratada a coisa pela Sanepar.

ASANEPAR, para o relatório de suas atividades, elabora um caderno no que deve ter custado uma nota tremenda, enquanto a TELEPAR publica no Diário Oficial do dia três não custando nada, então, o relatório de suas atividades.

Acredito que a Assembléia Legislativa deve ser um Poder Fiscal, e vou encaminhar a esta Presidência um Pedido de Informações para saber o quanto custou isso aqui à Sanepar, para saber quantos paranaenses vão receber isto aqui. Porque acredito que se alguma providência não for tomada, estaremos vendo no correr das coisas ou no afrouxamento das coisas, que amanhã ou depois, passem a ser elaborados as coisas mais supérfluas e mais desnecessárias, empregando-se mal o dinheiro do povo. Tenho absoluta certeza que um caderno deste aqui custa muito dinheiro. E quero saber quanto custou isso aqui. Ou se reside numa simples promoção pessoal, o que não posso conceber como válido.

Porque se aqui nesta Casa, nós corretamente procuramos fazer economia até de uma simples fotocópia, não posso permitir que, usando o dinheiro do povo, se façam promoções de caráter pessoal. É a mesma coisa que se pôr televisão a cores numa favela.

Quando sabemos que muitas cidades do Paraná estão necessitando de água e de esgotos, quando sabemos que neste Estado a saúde vai mal pela falta de higiene e de esgotos, vem a Sanepar aproveitar este dinheiro em outras coisas. Acredito que tenha fundamento um pedido de informações que vou encaminhar à mesa, nestes termos. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do Plenário, REQUER, encaminhar à Sanepar, o seguinte Pedido de Informações:

1) Qual o número de exemplares do caderno com o título RELATÓRIO DE ATIVIDADES, que foi confeccionado?

- 2) — Qual o custo total da confecção aos cofres da SANEPAR?
 3) — Constitui exigência estatutária, relatório em caderno ilustrado?

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de março pelo D.O., foi publicado o relatório da Diretoria da Telepar. Ora, tratando-se de informação oficial, tal relatório cumpriu as exigências legais e quanto ao caderno sofisticadíssimo da SANEPAR, sem constituir informação oficial, mas tão somente publicidade, com custo elevado, valendo dizer, gastos supérfluos e desnecessários. Tais recursos poderiam ser aplicados em obras que tanto demanda o Estado. Além do mais, uma faixa restrita de paranaenses vai tomar conhecimento, pois não são apenas os acionistas os interessados em saber das coisas da SANEPAR, mas sim todos os paranaenses, por ser o Estado do Paraná majoritário nas ações, ou seja, do interesse do público em geral".

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para fazer uma comunicação. o Sr. Deputado Lúcio Machado na sessão de ontem reclamou, segundo as suas palavras, contra o que é displicência do Governo no setor da Educação, trazendo notícia de que cerca de 600 carteiras escolares estavam abandonadas desde outubro nos fundos de um prédio, na rua Mateus Leme.

E informa esta Liderança que essas carteiras não são de propriedade do Governo, pertenciam ao antigo miniginiário JOÃO XXIII, e como tal não cabe qualquer ingerência da parte da Secretaria da Educação e Cultura.

Era esta informação que a Liderança gostaria de prestar para que não se a situasse como de responsabilidade do setor educacional do Governo do Estado.

Gostaria, também, de dar uma informação ao nobre Deputado Osvaldo Macedo com referência a sua preocupação do controle acionário da Telepar, pelo Governo Federal.

A Lei nº 6.552 votada pela Assembléia Legislativa, e publicada no Diário Oficial de 10/06/74, efetivamente, no seu artigo 1º diz: "O controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente".

O artigo 1º desta Lei, dá, portanto, a possibilidade ao Estado de retomar o controle acionário da TELEPAR, no instante que desejar fazer maiores investimentos nesse setor. É também propícia a possibilidade de, quando o Estado tiver possibilidade de aplicar maior soma de recursos no setor de saneamento, assim o proceda. E quando, em outro exercício, o Governo desejar fazer maiores aplicações no setor rodoviário, possa fazê-lo. E quando desejar investir no setor das telecomunicações, possa fazê-lo e possa, automaticamente, voltar a ter o controle acionário daquela Companhia.

Quer me parecer, que a filosofia do Governo, nos termos em que foi posta a Lei, pretende evitar que o Governo faça com que outros setores prioritários deixem de ter os recursos providos do ICM para ampliação de suas obras, possa fazer, mas poderá, a qualquer tempo, retomar o controle acionário da Companhia.

Atualmente, o Governo Federal, investindo mais, mantém o controle acionário da TELEPAR. É uma justa reivindicação do nobre Deputado Osvaldo Macedo que o Governo do Estado tenha outras prioridades. Razão pela qual, esta Lei não autoriza, nem proíbe que o Estado, a qualquer tempo, retome esse controle, à medida que o Tesouro do Estado possa aplicar soma de recursos superiores aos que aplica o Ministério das Telecomunicações, através da TELEBRAS.

Eram essas duas as comunicações que desejava fazer: o Governo jamais pretendeu dar o controle acionário desta Companhia ao Governo Federal. E o Governo Federal mantém esse controle transitória e eventualmente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença nesta Tribuna prende-se ao fato de que aqui estamos há 2 semanas atrás para falarmos e requerermos ao final, providências com relação ao que ocorreu em Maringá, tendo em vista o vendaval em novembro do ano passado, em que escolas e prédios do Estado foram aviados. Naquela oportunidade, requeremos, e o Plenário aprovou, voto de veemente protesto àquela autoridade que comandava a Secretaria de Viação e Obras, que hoje já tem novo titular nesta nova administração, o Sr. Noel Lobo Quimaráes, com quem estivemos há poucos instantes. Realmente, aquilo que falamos desta Tribuna, dizendo que nossa posição legislativa seria sempre ao encontro dos interesses da região e do povo que nos elegeu, nós teríamos uma posição de independência e teríamos a liberdade de criticar quando necessário, de brigar quando necessário, até com autoridades estaduais que são do meu Partido. Mas tivemos oportunidade, Sr. Presidente, de ter uma conversa franca com o Sr. Secretário do Interior antiga Secretaria de Viação e Obras, pudemos verificar a nova filosofia que será implantada e que, como disse e repito, no atual Governo de Jayme Canet fatos daquela natureza não mais acontecerão.

Graças a Deus e para o bem do Paraná, tínhamos razão porque realmente o Sr. Secretário do Interior provou e comprovou que é a nova filosofia do empresário, de homem disposto a servir seu Estado; deixando de lado os encargos burocráticos, o Sr. Secretário determinou de imediato, segunda-feira, daqui a 72 horas ou 48 horas, os serviços que possibilitem que as crianças de Maringá, de mais de 20 prédios escolares de Maringá voltem às aulas, podendo desta forma, continuar o ano letivo normal.

Voltei à Tribuna e voltaremos quantas vezes necessário para criticarmos atos daquela natureza, porém viemos desta vez para darmos nosso voto de aplausos, coisas que não acho muito próprio da Assembléia, mas tendo em vista o voto anterior de desconfiança que dei àquela autoridade, volto para dar o voto de confiança ao novo Secretário, não por ter resolvido um problema de uma região do Paraná, ou de um Deputado, mas por ter dado atenção a um Requerimento desta Casa, atenção a um Requerimento de um Deputado que, aprovado por seus Pares, fez com que o problema estava solucionado e não seria trancado, não iria correr os famosos canais competentes.

Temos a certeza que o tempo irá provar que nós teremos oportunidade, para o bem estar de todos e o interesse desta Casa, que realmente este Governo que agora inicia suas atividades, terá condições de provar ao Estado, que com sua nova equipe de trabalho, terá condições de atender os reclamos mais puros e mais sinceros do povo do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho à Mesa, para que seja votado pelo Plenário, o seguinte Requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, um voto de aplauso ao Exmo. Sr. Noel Lobo Guimarães, Secretário do Interior, pela nova filosofia administrativa implantada naquele setor, não só pelo início do desemperramento da máquina burocrática, como também pela atenção que está dispensando ao Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975".

— Muito obrigado. — (Sem revisão do orador):

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. LUCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, cumpro o dever de agradecer o ilustre líder do Governo nesta Casa, preclaro Deputado Ivo Thomazoni, que, face à denúncia que fiz ontem desta Tribuna, veio para esclarecer que a notícia constante do "O Estado do Paraná", edição de ontem, não era verdadeira e que as carteiras que denunciavam "O Estado do Paraná" não pertenciam à Secretaria de Educação e Cultura e sim a um organismo particular. Sentimos que isso tenha acontecido, que um jornal de tanta envergadura e de tanta responsabilidade como é o "Estado do Paraná" tenha publicado notícias que não são verdadeiras, que não são reais, que não são, efetivamente, as notícias exatas.

Mas deixamos aqui ainda, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, as nossas dúvidas. Primeiro porque um organismo particular de ensino, naturalmente

te, não teria condições de dispensar de seu material permanente — 500 carteiras — acho absurdo e deixá-las deteriorando ao tempo.

Tenho a impressão que o grande líder do Governo, o nosso respeitável Deputado Ivo Thomazoni, deve se informar melhor para saber a notícia do "O Estado do Paraná", edição de ontem, está truncada ou se, realmente, as informações de S. Exa. são as certas.

Ainda acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados nas notícias publicadas no "O Estado do Paraná". Vejo uma outra na edição de hoje que, realmente, faz com que não faltássemos ao dever de vir à Tribuna para dar conhecimento à Casa. Trata-se da Casa do Estudante Universitário. O tópico diz: "Fechar? CEU diz que não. A Casa do Estudante Universitário vai fechar? Seu Presidente, Volnei Morasteny, diz que não. E demonstra muito otimismo quanto ao futuro da Casa, apesar do deficit. E anuncia: Precisamos acabar com a imagem de eternos pedintes."

Ná página três ele discorre sobre o fato e finalmente afirma: "O Presidente da Fundação Casa do Estudante Universitário não sabe ao certo, quanto atinge o deficit orçamentário.

Nem por isso deixa de analisar o abandono gradativo do Governo. As verbas de auxílio oficial, significativas até certo período se restringiram na gestão de Emílio Gomes, no valor da dívida com a Sanepar".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Casa do Estudante Universitário tinha, no orçamento do ano passado, uma verba específica, uma verba de justiça, uma verba necessária para a sua manutenção, para a manutenção de sua atividade magistral, da atividade de fazer com que alunos universitários cheguem a se formar, faltando-lhes as condições econômicas e dali saiam da Casa do Estudante Universitário, muitos e muitos.

Entretanto, o Governo não pagou esta verba do ano passado e só pagou da forma mais estranha, pagou à Sanepar, arrancou a verba da Casa do Estudante Universitário de Curitiba e transferiu à Sanepar para pagamento da dívida daquele organismo.

Então, quando nós vimos a esta Tribuna e falamos a respeito dos Governos, quando nós vimos a esta Tribuna e dizemos que não acreditamos em governo que não passe pela apreciação do voto direto do povo, quando nós vimos a esta Tribuna dizer que a finalidade precípua do Movimento Democrático Brasileiro - partido a que pertencem - é fazer com que a ordem, a paz e a justiça principalmente na estrutura administrativa do Governo impere, nós temos a certeza de que viemos aqui representar a aspiração do povo, a aspiração da cidade. Eu não tenho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência adverte o nobre Deputado que lhe resta um minuto.

O SR. LUCIO MACHADO — Já concluirei, Sr. Presidente.

... não tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, subsídios para poder discutir a situação deficitária da Casa do Estudante Universitário de Curitiba, mas vou me munir dessa documentação e naturalmente em outra oportunidade, aqui virei, relatar o que está acontecendo com respeito às finanças deste organismo beneficente que tem uma existência tradicional, que merece aqui o respeito dos Governos e a luta dos representantes do povo nesta Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje à Tribuna, simplesmente para protestar contra a má direção do Departamento do Patrimônio Histórico do Paraná, que propalam, aplaudem-no, louvam-no, mas que na realidade a Direção do Departamento Histórico da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná deixa muito a desejar.

Temos neste Estado uma lei que garante a proteção das ruínas históricas jesuíticas do Estado do Paraná, ruínas que muito honraram os jesuítas, aqueles que aqui vieram trazer a primeira cultura ao povo brasileiro, e os primeiros ensinamentos de religião.

Mister portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Departamento do Patrimônio Histórico do Paraná pelo menos cumprisse a lei em nosso Estado, a lei aprovada por esta Casa, a lei nº 33 que lerei neste instante a V. Exa.

(Lê a lei nº 33 — Reserva como patrimônio inalienável do Estado, área territorial nas regiões em que estão situados os remanescentes...)

(até: Foz do Iguaçu). — (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Sr. Presidente, esta é a lei que está sendo descumprida no Paraná, isto é que está sendo marginalizado, esquecido e abandonado no tocante às ruínas históricas do Paraná. (Continua lendo: ... pessoas idôneas e respeitadas, vinculadas... (continua lendo até: Rocha Pombo, grande historiador paranaense))

(Idem)

De Jardim Alegre, Norte do Paraná, pessoas idôneas e respeitadas, vinculadas e residentes naquela comuna nos informam que as ruínas jesuíticas Archangeles, localizadas às margens do Rio Corumbatay, no atual Município de Jardim Alegre, comarca de Ivaiporã, desmembrada que fora do Município de Pitanga, que se encontra composta de muros, alicerces, paredes e cerâmicas estão invadidas há vários anos, sob o domínio da família do fazendeiro MURARO, que vem explorando por direito de campanha eleitoral de 70, conforme voz corrente naquela região. Outras irregularidades vêm ocorrendo com as ruínas localizadas no Município de Santo Inácio, às margens do rio Paranapanema.

Tais ruínas, Senhor Presidente e nobres Deputados, estão protegidas por Lei desta Casa de nº 33, sancionada em 1948, conforme cópia autenticada que se encontra em poder deste Deputado e que diz: (Lê): "A área dessas ruínas na referida Lei nº 33, de 1948, é de 121 hectares e foram declaradas inalienáveis. não podendo pois, serem transadas ou comprometidas. Falta apenas serem inspecionadas e tombadas."

Os nossos legisladores, através da referida Lei, visaram proteger as ruínas das reduções jesuíticas de grande valor histórico na formação do Paraná e do Brasil, construídas pelos padres da Companhia de Jesus, em todo o Estado do Paraná, como também no sul do Rio Grande do Sul, onde em missões, várias ruínas já foram tombadas.

Ao tempo da Capitania de São Vicente, a quem a área de nosso Estado do Paraná pertencia, os Padres Jesuítas aportaram em Paranaguá e iniciaram obras de catequese, ensino e profissionalização, e isto pode ser evidenciado e constatado pelos tratadistas e Museu de Paranaguá, onde inclusive construíram um túnel que parte da Rua da Praia do rio Itiberê até o Porto de Paranaguá com alguns trechos que infelizmente foram desabados. Nessa época, tiveram início sérios desentendimentos e choques entre os padres jesuítas e os colonos dedicando-se a estes caça-bagres.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Nesta época, ou seja em 1840, como já frisamos, tiveram início sérios desentendimentos entre Padres Jesuítas e colonos em complicações cada vez mais irritantes, e Rocha Pombo, grande historiador paranaense, no seu volume dois da sua História do Brasil, bem nos relata esse fato, que explodiu com a chegada de missionários espanhóis da Guairá, que tinham ido à Europa queixar-se contra os Bandeirantes e Antonio Raposo Tavares que lhes havia arrebicado categúmenos daquela missão para suas fazendas, nas Capitâneas e trouxeram para ser publicada no Rio, uma bula, proibindo tais atos e agressões às reduções jesuíticas. A repercussão da bula aumentou o atrito e os jesuítas planejaram uma grande fuga para Guairá, cujo rumo magnético dessa marcha passou por Cândido de Abreu, onde deixaram a redução de "SANTO ANTONIO" às margens do rio Ivaí; por Jardim Alegre onde deixaram a redução "ARCHANGELES" às margens do rio Corumbatay; por Fênix onde deixaram a redução da "VILA RICA" as margens do rio Ivaí, onde existiu até pouco tempo um enorme sino de bronze. Pela dedução e evidências, os afeitos à História do Brasil, chegaram à conclusão que os Padres Jesuítas ao planejarem a grande fuga, também planejaram a criação de um Estado, para o grande manancial histórico, para que o índio fosse respeitado em seus direitos e aculturado, daí o valor dessas ruínas que o modesto pronunciamento deste Deputado pretende defender e convocando todas as autoridades paranaenses. As ruínas das deduições jesuíticas de ARCHANGELES, estão repletas de capim colônio e bovinos, que estão acelerando o processo de destruição das mesmas.

Até 1969, quando a Prefeitura de Jardim Alegre era fugazmente dirigida por um Prefeito do MDB, as ruínas estavam respeitadas e inclusive tentou ele junto ao Ministro da Agricultura, na época o Sr. Ivo Arzuza, o aproveitamento da área em comodato e convênio para a instalação de um Museu e um Colégio Agrícola conforme documento que se encontra em nosso poder. Após as eleições de 70, para Deputados, comentários houve de que o IBRA de Ivaiporã tinha cadastrado em nome dos membros da

família Muraro, já anteriormente possuidores de vários imóveis rurais, a área de 121 hectares das ruínas Archangeles, como pagamento da campanha, pois o fazendeiro, exercia o mandato de Vereador e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores em Ivaiporã, Município limítrofe com as ruínas.

Procedendo-se uma pesquisa no IBRA de Jardim Alegre, encontrou-se apenas um cadastramento de 10 alqueires sob o nº 717.100.007.668, de José Muraro Sobrinho.

E ainda, junto à fundação e Instituto de Terras e Cartografia, obtivemos a informação que não foram vendidas tais terras onde estão as ruínas Archangeles, hoje sob domínio e exploração do Fazendeiro Muraro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta maneira, discordando dos comentários que por aí andam, de que o Patrimônio Histórico do Paraná estaria, através de sua Direção, preservando, zelando pelo nosso Patrimônio histórico no tocante às ruínas do Paraná.

E, para mostrar nosso descontentamento, nosso repúdio, nosso protesto à Direção daquele Departamento, é que encaminhamos à mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado Ofício aos Senhores: *Procurador Geral do Estado*, para que seja designado um procurador especial para garantir por ação judicial a inalienabilidade da área de 121 hectares onde se localizam as ruínas ARCHANGELES no Município de Jardim Alegre, fazendo cumprir a Lei nº 33, de 1948, e Decreto Lei nº 25 de 1933, da União. Ao Senhor *DR. BORSARI NETO, DD. Secretário da Educação e Cultura*, determine ao Departamento do Patrimônio Histórico imediato tombamento das ruínas ARCHANGELES e outras, nomeando em Comissão um Administrador com vistorias vi-mensais in-loco; Ao *Instituto de Terras e Cartografia do Paraná*, para que através de Inspetoria Regional, inicie levantamento de documentações referentes àquelas ruínas; Ao *Secretário da Justiça*, para que o mesmo tome as providências cabíveis; e à *PARANATUR*, para que efetue estudos no sentido do aproveitamento turístico das ruínas jesuíticas do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975”.

a) EDILSON ALENCAR

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nossa parte, cumprimos o nosso dever. Saio desta Tribuna com a consciência tranquila, esperando que as autoridades do Paraná façam justiça. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a Tribuna para reivindicar dos meus companheiros o apoio unânime, o prestígio necessário, o calor humano de homem público, para solicitar, junto às autoridades competentes, o atendimento de uma reivindicação regional, legítima e justa.

Já encaminhamos à mesa Requerimento referente ao assunto, que será discutido e votado na Ordem do Dia.

Sr. Presidente, a reivindicação da construção e asfaltamento da rodovia Maringá, Colorado - Santo Inácio, tem uma história realmente interessante. Conhecemos bem o problema, porque tivemos, em virtude de nossas atribuições, como profissional da imprensa no jornal “Folha do Norte” de Maringá, e “Folha de Londrina”, o trabalho de percorrer aquela região, junto com os prefeitos da época, de Maringá, de Iguacu, de Munhoz de Melo, de Flórida, de Lobato, de Capanema, e de tantos outros daquela região do NORTE do Paraná, que recebem a influência direta e indireta dessa estrada, de irmos às autoridades estaduais, inclusive bater às portas de autoridades federais, levando a voz daquela região, exigindo o atendimento dessa reivindicação.

Através da Lei nº 6.101, do dia 27 de maio de 1970, por iniciativa do Executivo desta Assembléia, foi autorizado o Governo a contrair empréstimo da ordem de 70 milhões de cruzeiros, e no artigo 2º dessa Lei, alterado por uma Emenda proposta pelo então Deputado Estadual Silvio Barros, que hoje é o Prefeito da Cidade de Maringá, ficou assim o artigo 2º da Lei 6.101: “Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair

empréstimo adicional de 10 milhões de cruzeiros, destinado, especificamente, à implantação básica do trecho da estrada Maringá - Santo Inácio, nos termos do artigo 1º dessa Lei. Está aqui o xerox do Diário Oficial que traz a publicação da Lei e que anexamos ao nosso Requerimento.

Aqui estão manifestados a competência e as atribuições do Poder Legislativo que resplande, que encarna evidentemente os anseios do povo. Mas, apesar de terem sido concedidos os 10 milhões de cruzeiros, a rodovia Maringá - Santo Inácio não surgiu. A cada entendimento que se mantinha com as autoridades competentes, as promessas eram ótimas, objetivas, início imediato, mas a região está lá, continua produzindo evidentemente, mas em permanente colapso, em virtude da terra roxa que quando não apresenta a poeira, os buracos, apresenta o lamaçal que interrompe a circulação das riquezas de nossa região.

Houve, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desrespeito do Poder competente, do Poder Executivo. Está aqui marcada, Srs. Deputados, a atitude de ludibriar a mim e a nossa região através do Poder Executivo, nos três, quatro ou cinco dignos governos.

Vimos, também, anexar ao presente Requerimento, um ofício que este Deputado recebeu da Secretaria dos Transportes, do Departamento de Estradas de Rodagem, quando exercia a função de Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá. E um ofício muito agradável com data de 9 de outubro de 1973, e o Secretário da época, escreveu (Lê):

“Senhor Presidente.

Acusamos o recebimento do seu ofício 804/73, de 19 de setembro findo, através do qual V. S. solicita seja estudada a possibilidade de asfaltar, com prioridade, a rodovia Maringá-Santo Inácio.

Em resposta temos a satisfação de informar que em 19 de setembro de 1973, foi emitida ordem de serviço para a execução do projeto final de melhoria do aludido trecho, cuja conclusão está prevista para trezentos dias, devendo esta pavimentação ser iniciada em seguida conforme programação já equacionada”.

E mais um documento de programação de trabalho, de obras da Secretaria dos Transportes, que diz:

“Estrada programada MARINGÁ-SANTO INÁCIO.

Extensão — 85 quilômetros.

Custo — 51 milhões de cruzeiros.

Ano de conclusão — 1974”.

E uma documentação que este Deputado recebeu quando era Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acho que V. Exa., em termos de Paraná, está ligeiramente precipitado.

Podemos adiantar a V. Exa. que em nossa região dignamente representada por um elemento do Movimento Democrático Brasileiro, o eminente Deputado Benedito Lúcio Machado, o Governo se fez presente. Hoje vemos transformada a figura de nossa querida região, a região do Norte pioneiro, com a movimentação de terraplenagem com a esperança do asfaltamento da estrada Sto. Antonio da Platina e Jaguapitã para que se emende ao asfalto o que demanda ao Porto de Paranaguá, para que se emende ao asfalto que vai de Itararé à Capital paulista. Hoje vemos que o Governo vem dedicando uma grande quantidade de verba para que o Paraná seja dotado da famosa “fita negra” que é a fita asfáltica.

Temos viajado por este Paraná afora, adentrando este nosso querido Estado que é um Estado jovem, onde, como digo sempre, o dinheiro do povo está sendo carreado em benefício do próprio povo, não só enxerga quem não quer enxergar.

Permita-me V. Exa. que tem este dom de oratória, este dom de retórica, este aparte modesto de um Deputado que vê sua região dotada de uma estrada como tem hoje, a Estrada Parigot de Souza, que é uma redenção do Norte Pioneiro. Hoje vemos, de Wenceslau Braz a Lisímaco Costa, uma estrada de primeira grandeza, embora não asfaltada, mas uma estrada que permite o tráfego em época de chuva, com pavimentação primária.

Por isso, solicito humildemente a V. Exa., antes que V. Exa. pratique uma injustiça, que procure verificar a situação da Secretaria dos Transportes, a situação do Departamento de Estradas de Rodagem representada por homens dinâmicos que não querem como V. Exa., outra coisa a

não ser o bem estar do Paraná e sua gente. Não sei de sua região, mas posso afirmar que sua região está sendo e há de ser beneficiada com estradas, com asfalto onde necessário for, onde a pesquisa achar que seja necessário, porque o plano de estrutura do Governo, o Governo da ARENA e do Estado do Paraná e do Governo arenista desta nossa querida Pátria não é outra coisa a não ser aplicar os recursos em benefício do próprio povo, e é por isto que neste momento eu me permito apartear V. Exa. dentro desta camaradagem existente nesta Casa, para que V. Exa. verifique, para que V. Exa. com este dinamismo, com esta vontade brilhante de trabalhar pelo Paraná e por seus eleitores, não pratique injustiças porque V. Exa. neste instante, quando fala em estradas está praticando uma injustiça, porque, veja V. Exa., faça um paralelo entre o Estado do Paraná, porque, veja V. Exa., faça um paralelo entre o Estado do Paraná e outros Estados. Nós somos um Estado jovem, temos uma explosão econômica e demográfica muito além de outros Estados, que não tiveram esta felicidade que tem o Estado do Paraná, é o Governo, pelos seus homens competentes que compõem a Secretaria dos Transportes, por Sua Excelência o Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e por Sua Excelência o Sr. Diretor Técnico, o nosso particular amigo o Sr. Tancredo Benghel, tem dado ao Paraná as estradas que foram possíveis serem dadas, dentro de um esquema, dentro de uma estrutura, dentro de um orçamento.

Digo mais a V. Exa., que milagres não podemos fazer, mas há de ver o povo do Paraná e V. Exa. que, dentro deste quadriênio o Governo do Sr. Jayme Canet Junior há de fazer as estradas necessárias, em que façamos um pré-julgamento, porque um Governo que assumiu ontem não pode ser criticado, mesmo por V. Exa., nesta euforia de querer dar uma satisfação aos seus eleitores. Nós como componentes da Bancada da ARENA temos que explicar a V. Exa. que, após a eleição, o Governo abriu concorrência pública de 1.500 km de estradas vicinais; isto é trabalhar pelo povo, e nós, como Deputados da ARENA não vamos permitir nem admitir, e pedir a V. Exa. que não pratique injustiças nesta Casa de Leis que é a Casa do Povo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte, e gostaria de consultar V. Exa., se a estrada Santo Antonio da Platina, Wenceslau Braz, Jaguariá, já está pavimentada?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não está pavimentada, mas o Sr. será convidado para ajudar a cortar a fita de inauguração desta estrada, que há de mostrar ao povo que não acredito no Governo Jayme Canet, que não faz demagogia, porque, se V. Exa. vem agora com o propósito de trabalhar pelo povo do Paraná, estaremos ao seu lado, agora, se V. Exa. ou qualquer Deputado vier com atitudes demagógicas, nós estaremos contra V. Exa. O que o Paraná e o Brasil não podem mais ver é injustiças praticadas contra os atos dos Governos que estão trabalhando e empregando o dinheiro do povo e virem, como vem V. Exa. com este tirocínio que o Paraná é um Estado jovem, cresceu mais que os outros e não cabe a culpa a Emílio Gomes ou a Jayme Canet, e nós temos tido a felicidade de ter sido o maior Governo do Paraná, que veio trabalhar em benefício de sua gente e convidamos V. Exa. que traga provas palpáveis. Desculpe V. Exa., mas traga todas as provas e tirando a demagogia, porque V. Exa., com o respeito que temos a V. Exa., cabe bem vir a esta Casa exclusivamente para defender os interesses do povo e todos estes problemas trazidos por V. Exa. nesta respeitável Tribuna eu peço a V. Exa., humildemente, conforme sua euforia, esta boa vontade de trabalhar pelo povo, mas dentro de um esquema onde o Governo não possa mais ser atacado e esta Casa não serve para tiradas demagógicas.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço as referências feitas por V. Exa. a respeito deste Deputado que é um dos mais honestos, mas consta da programação esta rodovia com a extensão de 140 quilômetros custo 60 milhões e ano de conclusão 1974, não está fazendo uma análise geral, das atitudes anteriores da Secretaria de Transporte e do DER.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado companheiro valioso desta Casa Legislativa, nós estranhamos a preocupação do Deputado da Bancada situacionista quando V. Exa. vem com dados concretos, expor reivindicações das mais justas desta Casa parlamentar, estranho porque aquele mesmo povo da região que aguarda com ansiedade a rodovia Parigot de Souza, acompanha como o caso paralelo da rodovia Central do Paraná. Há muitos anos, como na nossa região,

como na sua as estradas são anunciadas, a pavimentação de estradas são anunciadas por duas, três ou quatro vezes, principalmente vésperas de eleição, e, lamentavelmente, o Estado do Paraná, Estado eminentemente agrícola, sofre em todos os períodos de safras com as crises em razão da falta de estradas em todas as regiões produtoras de nosso Estado, então é muito valioso o pronunciamento de V. Exa. Estranhamos a preocupação do companheiro parlamentar deste ou daquele Partido que, ao invés de se preocupar com os verdadeiros problemas do povo, se antecipam, na defesa de um Governo que nem ao menos teria sido.

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Preocupo-me quando vejo parlamentares alegarem ou vozes nesta Casa apresentando já, voto de congratulações, tecendo elogios à Secretarias, que nem ao menos esquentaram as suas cadeiras, nem ao menos constituíram a sua equipe, nem ao menos montaram suas engrenagens, quando o tempo de reivindicar, quando o tempo de pedir, de alertar, quando o tempo também é de aguardar as oportunidades para julgamento futuro daqueles que ainda não fazem por merecer outros. Foi apenas para registrar o meu ponto de vista que solicitei o aparte. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, nobre Deputado, para louvar o pronunciamento de V. Exa. que reflete a preocupação de nossa Bancada, e dizer também em nome da Bancada, que evidentemente estamos preocupados com o destino e com a destinação do Estado do Paraná, e estamos preocupados sobretudo, com os seus componentes, com o seu contingente humano, principalmente com as áreas rurais. Porque eu conheço bem a estrada que V. Exa. fala, porque tive a infelicidade de ficar encahalado por uma noite inteira, e tive, inclusive, que chamar recursos de uma Prefeitura próxima, para desenganhar meu veículo que lá ficou atolado. Mas quero lembrar que o tão falado Governo da ARENA, não me atendo ao nome de ninguém, nos quatro anos em que passaram quatro governos pelo Palácio Iguaçu, evidentemente, ficou cáptica a situação legislativa do Estado, mas tantos outros governos que aí passaram e eu volto nesta reivindicação lembrar aos Senhores que não estamos na nossa região reivindicando, aspirando em termos demagógicos, estradas asfaltadas. Lá na região, onde existe o maior plantel da cultura agrícola, nós reivindicamos apenas estradas. Queremos apenas abrir estradas para que os nossos agricultores possam ter a sustentação agrícola do Estado do Paraná que é tipicamente agrícola.

Volto a me congratular com V. Exa. e lembrar que já reivindica-mos aqui, o cascalhamento da estrada do Soja que liga a BR-277 à Palotina.

Tanto os Deputados da Arena como da nossa Bancada também, conhecem aquela região, e acreditamos que se incorporarão também nesta reivindicação, que é de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado. Em Cascavel, mas de quatro anos não se tinha sequer uma máquina e a Prefeitura de Cascavel foi quem abriu para Capitão Leônidas Marques dando condições de evasão da agricultura daquela região entre Cascavel e Leônidas Marques, desde o rio Iguaçu. Inclusive, nobre Deputado, a Prefeitura de Cascavel andou fazendo até serviços de pavimentação, porque o Governo impotente daquele Município não tinha condições de fazer aquele trabalho.

Era esse o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, e quero acrescentar que compreendo perfeitamente que devem existir outras reivindicações ao Estado, em termos de rodovias e quem sabe, até mais urgente, que a construção da Rodovia Maringá-Santo Inácio. Mas aqui estamos condicionando o processo, a maneira com que as autoridades competentes tem recebido e impedido nossas reivindicações.

Não se trata, evidentemente, de uma informação de Gabinete, mas de documento firmado, documento que retrata o ludibriamento de uma região. É com isso que não podemos concordar.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — XExa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, recebemos com muito agrado as incorporações das reivindicações que também fazemos no que se refere à região que representamos nesta Casa. E de quanto foi dito, talvez diante da manifesta boa vontade de V. Exa., solicitando junto aos órgãos públicos para que

nossa região seja bem servida de estradas e outros benefícios, devo dizer que a nossa luta em torno desta obra já de longa data. Desde o traçado da Maringá-Santo Inácio, quando os Prefeitos daquelas comunas já citadas por V. Exa., pediam que essa estrada viesse a servir de maneira mais eficiente aos municípios. Assim, todos esses municípios clamam conosco para que essa obra seja abreviada quanto à sua execução.

Contudo, não foi por vontade de V. Exa. nem minha, nem mesmo do Governo da Revolução, ou da Direção da ARENA, que o Paraná, nesta gestão governamental, teve seu governo, por força do destino, substituído por duas vezes. E não só esta obra, Sr. Deputado, mas outras obras também da região vizinha, Arapongas, Sabaudia, Astorga, que também deveriam estar prontas, a exemplo dos dados técnicos por V. Exa. citados. O orçamento inicial na base de 500 mil cruzeiros o quilômetro, em torno disso ou menos, que a obra de Maringá, Astorga, Arapongas, num trecho de 30 quilômetros, foi orçado inicialmente em 9 milhões de cruzeiros e hoje essa obra custará em torno de 50 milhões. Vemos, em função da crise internacional, a inflação brasileira, e a Firma, a exemplo daquela que executou a obra Arapongas-Sabaudia, Astorga, que já entregou, essa obra também prevista para 90 dias e levou quase 2 anos e cuja Firma, hoje, está aos pés da falência, porque não conseguiu sobreviver economicamente na execução da obra.

Vou voltar a dados técnicos e estatísticos dessa obra. Essa obra, que é a ligação Norte - Sul, não apenas, como podia deixar transparecer, é um desejo seu ou meu, de ver nossa região bem servida, mas é escoamento do Norte e Sul do Paraná, é uma ligação internacional de trechos já asfaltados em São Paulo, de Porto Santo Inácio até Brasília. Essa obra que já teve início da concorrência para levantamento da viabilidade econômica, todos os tipos de influência benéfica política, vemos três traçados serem discutidos e todos os Prefeitos da região em cima deles. V. Exa. conhece bem o trecho Maringá - Colorado, o trecho chamado Boiadeira, que seria a linha média do traçado para servir 8 cidades suplicantes e o trecho definitivo, que foi o trecho Maringá - Santo Inácio. Orçamento previsto de 52 milhões de cruzeiros, já na conclusão do projeto que foi previsto para 300 dias, mas que foi executado com um adiantamento de 40 dias, a pedido deste Deputado, e por influência do Governo, sobre a firma ganhadora para execução do projeto. Essa firma, entrou em detalhes minuciosos para que entregasse completamente o projeto, com levantamento das jazidas, com levantamento das obras de arte, levantamento previsto nos cortes e aterros, todos já elaborados em maio de 1974, quando a previsão era para setembro de 74.

Acompanhamos passo a passo e hoje o projeto pronto, com todos os dados técnicos e orçamento não só econômico, mas em volume de movimentação de terras, de obras de arte, contudo a financiadora da obra, que é internacional, através do Banco Mundial, e deveriam ser aplicados no Estado do Paraná 250 milhões de cruzeiros, 250 milhões antigos, em virtude porém, da crise internacional, independente da vontade do nosso País e muito menos do nosso Estado, quanto mais deste Parlamentar, foi suspenso o financiamento, não da obra Maringá - Santo Inácio, mas foi suspenso o crédito de 250 milhões, e não só essa obra Maringá - Santo Inácio que serve a 8 Municípios da Região, mas também a obra da Nova Esperança - Paranaciti - Cruzeiro, Colorado. Santo Inácio, também teve que ser adiado o seu início, apesar do projeto já se encontrar em fase não só de execução plena, mas de localização da obra. Como V. Exa., deve saber, esta feita, inclusive, a definição da obra.

Esses os dados que nos cabia apresentar diante da boa vontade que vemos e daqui para frente haveremos de reivindicar esta grande obra. A espera do Governo para a execução desta obra, é tão somente a curto prazo, encontrar nova frente de financiamento para a obra.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do nobre Deputado. Quero acrescentar que na proposição os méritos da obra que reivindicamos colocamos detalhadamente no Requerimento que propusemos à Mesa e, portanto, não há necessidade da leitura "in totum".

Sr. Deputado Quielise, conhecemos sua luta em prol desta rodovia Maringá - Santo Inácio. O Deputado alinhavou uma série de dificuldades e esqueceu de citar que, nesse mesmo período, a produção do Paraná tem crescido assustadoramente. O próprio orçamento do Estado tem sido aumentado de maneira notável. Naturalmente, que a rodovia Maringá - Santo Inácio, este trecho precaríssimo se constitui hoje num câncer, numa rup-

tura do complexo rodoviário maravilhoso que é a ligação da Argentina, do Paraguai, do Oeste do Estado, do Noroeste do Estado, do Estado de Mato Grosso em sua região sul atravessa de Paranavai, através de Umuarama - Guarara, através de Campo Mourão - Cascavel, Maringá, evidentemente, se transformaria em um centro rodoviário dos mais notáveis.

O Governo Federal já iniciou Iporã-Guaíra e está sendo realizado o trecho Campo Mourão - Cascavel, o trecho Paranavai-Dourados. Portanto, há necessidade do Estado do Paraná construir este trecho de 85 quilômetros que irá completar este complexo rodoviário e ligar esta região toda ao restante do País.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pedi este aparte especialmente para tecer algumas considerações. V. Exa. que ocupa esta Tribuna hoje, defende, como o já fizeram outros, inclusive Vereadores, o asfaltamento dessa rodovia.

Farei algumas observações, entre os quais estamos presenciando nesta Casa o início de nova Legislatura. Deputados como V. Exa. e eu, novos no exercício do cargo, Deputados, estamos preocupados com todos os outros, reeleitos de dar ao Paraná uma Assembléia que, realmente, represente o povo trabalhador do Paraná.

Mas, Sr. Deputado, V. Exa. sabe, como eu sei e como todos os Parlamentares também sabem que o progresso de nosso Estado, em especial, vem trazendo ao Poder Público e às cidades do interior uma série de dificuldades. V. Exa. sabe que em Maringá, Londrina e outros Municípios de envergadura, pertencem hoje ao MDB e lá como aqui nós também temos condições de dizer, Senhores Deputados, que o Poder Público jamais consegue acompanhar o movimento das cidades do Paraná, como um todo. Portanto, é muito fácil, é muito simples nós observarmos Parlamentares da Oposição ocuparem esta Tribuna para fazer as reivindicações ou criticar aquilo que foi feito, aquilo que foi realizado e aquilo que foi concluído, e naturalmente, como consequência lógica do progresso do Paraná, nós temos sempre mais a fazer. Portanto, Sr. Deputado Valter Pietrângelo, nós temos que verificar que em Maringá também há coisas que não podem ser feitas, e nós, somente para citar um exemplo, observamos durante a campanha política, um Deputado do MDB, hoje Deputado Federal, um dos mais votados no Estado, em 2 minutos ele abordou 12 assuntos diferentes, ou seja, ele rotulou 12 assuntos diferentes, como se a Oposição tivesse o dom divino, o dom messiânico de resolver, como um passe de mágica, os problemas do Paraná e do Brasil. Não posso concordar, Senhores Deputados, que alguns companheiros nossos ocupem esta Tribuna, que façam verdadeiros carnavais e depois simplesmente se omitam, como foi aqui o caso do Deputado Eneas Faria, quando fez aquele seu brilhante pronunciamento desta Tribuna, com relação aos Taxis de Curitiba, quando estão nossas galerias repletas de motoristas, evidentemente interessados em ouvir o seu representante, o homem mais votado de Curitiba. O Deputado Eneas Faria simplesmente não voltou mais a Tribuna para trazer a esta Casa, nomes.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Só quero acrescentar o seguinte: que a obra evidentemente não foi realizada, não houve naturalmente de acontecimento de calamidade pública.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que se acha esgotado o prazo da Hora do Expediente, e V. Exa. terá 2 minutos para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, depois de alinhar esta argumentação, de preparar o mérito da efetivação desta obra, acrescentar que a Secretaria dos Transportes disporá neste período, em torno de 4 bilhões de cruzeiros para aplicar na pavimentação, na abertura, na conservação das estradas do nosso Estado. Quero acrescentar que o Governador Jayme Canet Junior, em seu discurso de posse, não apresentou plano de Governo, ele se limitou apenas a traçar diretrizes gerais de conduta, o que justificaria a convocação por parte de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, do futuro Governador, um ano antes da posse, seria justamente a preparação de plano de Governo. Deduzimos disto, que o Governador Jayme Canet pretende dar execução a um plano de Governo já cuidadosamente planejado anteriormente.

Por esta razão, observamos que a Rodovia Maringá - Santo Inácio já se constitui num planejamento de 5, 6 anos, que ela já faz parte da docu-

mentação oficial do Departamento de Estradas de Rodagem e da Secretaria de Transportes.

Nós compreendemos que devemos depositar nas mãos do atual Governador do Estado, os anseios legítimos, as esperanças desta criação da Rodovia Maringá - Santo Inácio.

Cremos perfeitamente e estendemos ao Sr. Governador Jayme Canet Junior, a nossa atitude reivindicatória e haveremos de entender que S. Exa. como os governadores antigos haverá de não ignorar de não ludibriar esta reivindicação justa da Região da Rodovia de Maringá - Santo Inácio. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que cria na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho", os cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.
EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 19/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho", os cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

a) HAROLDO BIANCHI

JUSTIFICATIVA:

Dentre as várias opções oferecidas pelo Sistema Educacional no País, duas se destacam pela objetividade no aprimoramento cultural e desenvolvimento do ensino brasileiro: O Orientador Educacional e o Supervisor de Ensino.

Representam estes Cursos, dos mais importantes na formação cultural e moral da juventude brasileira, o que de mais moderno e prático existe nos currículos universitários do País.

Apresentamos o presente Plano de Lei, com o intuito de dotar a referida Faculdade da progressista cidade de Jacarezinho, destes Cursos indispensáveis para a sedimentação cultural da região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei Nº 19/74

P A R E C E R:

Examina-se por parte desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado HAROLDO BIANCHI, visando criar na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os Cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino".

Referida proposição foi elaborada conforme dispõe o art. 123 e parágrafos do Regimento Interno da Casa.

Com efeito, referida proposição está em condições de ser acolhida pela Casa.

Opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 19/74

De autoria do nobre Deputado HAROLDO BIANCHI, o Projeto de Lei em epígrafe visa criar na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho, os Cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação do Projeto.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro, referida Proposição está em condições de ser ACOLHIDA, para ulterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) ALVARO DIAS — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 19/74

Assinado pelo ilustre Deputado HAROLDO BIANCHI, o Projeto de Lei ora em exame, cria na Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino.

Examinada a matéria do ponto de vista desta Comissão Técnica, entendo que a mesma está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em 1974.

a) LOPES JUNIOR — Presidente

a) ROSÁRIO PITELLI — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr.

Deputado Egon Pudell, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sargento José Ferreira, morto no cumprimento do dever. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria da Copasa, bem como ao Instituto Brasileiro do Café, no sentido de ser regularizada a distribuição de caminhões de carga. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso ao Sr. Noel Lobo Guimarães, Secretário do Interior, pela nova filosofia administrativa implantada naquele setor. — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão, na forma do art. 150 do Requerimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o aceleramento da Rodovia Umuarama-Guaíra. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um Posto de Saúde em Altônia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de, através de órgão competente, sejam enviadas vacinas anti-meningite, para o município de Ponta Grossa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Gronau S/A. — Indústrias Textéis, integrante do Grupo Delden da Alemanha, por seu maciço investimento em nossa cidade industrial. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edison Alencar, lido da Tribuna, solicitando providências diversas autoridades, para a proteção de Ruínas Históricas do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio Novo Ateneu, pelo cinquentenário de sua fundação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos eminentes professores Srs. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Luiz Roberto Werner Rocha, pela iniciativa de realizar em Curitiba, o 1º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, com a colaboração da Universidade Federal do Paraná e do Governo do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar o início imediato das obras de construção e asfaltamento da Rodovia Maringá-Colorado-Santo Inácio. — Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da Telepar, no sentido de que sejam efetuados estudos, visando a extensão da rede telefônica ao Parque Industrial de União da Vitória, às margens da BR-476. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão e José Domingos Scarpelini, lido pelo Sr. 1º Secretário, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário Especial do Meio Ambiente, por sua tomada de posição, no que diz respeito à ameaça de que um Navio finlandês, pretende lançar arsênico na orla marítima do Atlântico Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Sanepar, sobre diversas considerações.

A Mesa comunica ao nobre Deputado que a Assembléia não tem condições de redigir este Requerimento à Sanepar. Acredito que esta informação deva ser feita através de um pedido de informações ao Governador do Estado. Nestas condições, a Presidência resolve encaminhar o presente Requerimento à C.C.J. para que lá, o assunto seja examinado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eneas Faria.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agulhado pelo eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, cumpro-me vir à Tribuna, para dizer alguma coisa sobre o assunto.

Entendo, Sr. Presidente, que esta é a medida mais legítima e mais válida das práticas parlamentares, porque é do arejamento dos debates, do entrecruço das concepções que se vai iluminar o caminho melhor para que todos possamos discutir com seriedade e com dignidade, buscando o bem comum a todos. Mas S. Exa. volta a lembrar neste Plenário problema aqui trazido, e por mim, e que acabou, pelas decorrências havidas, tomando rumo que todos conhecem.

Tinha para mim, Sr. Presidente, que devesse haver entre os homens de cada Bancada, pelo menos uma mais íntima comunhão; que devesse haver entre os Deputados de cada Bancada, pelo menos um diálogo mais estreito.

Tinha para mim, Sr. Presidente, que principalmente da parte dos eminentes Deputados que partilham os postos de comando desta Casa e formam a Mesa diretiva, deveria, por necessidade, haver um conhecimento das coisas que se passam.

E S. Exa. é o primeiro Vice-Presidente da Casa, deveria, deve — e não sei se houve procedimento neste sentido — ter dialogado com os demais membros da Mesa, em especial com S. Exa. o Presidente que passou, após a eclosão do problema, a ser o responsável pelo encaminhamento das soluções que devem vir para clarear o assunto.

Devo então, se S. Exa. não tem este diálogo com a Presidência, devo então, se S. Exa. está apartado dos trabalhos da Mesa...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ENEAS FARIA — Concederei o aparte a V. Exa. assim que concluir meu raciocínio.

Devo então, se S. Exa. assim não procedeu ou se assim não procederam com S. Exa., declarar — e é bom que isto ocorra — que o eminente Presidente da Casa avocou a direção dos trabalhos, capaz de equacionar a questão. Tive um diálogo com o Sr. Presidente a respeito da matéria, e S. Exa. transmitiu-me as informações que cabiam oferecer.

Tenho para mim, e testemunho aqui a meu respeito e acatamento a condição de S. Exa. o Presidente, tenho para mim, que S. Exa. envidou os esforços dentro do que regimentalmente lhe compete para encaminhar o problema.

Ainda permaneço no aguardo de uma das questões. O desdobramento e a segunda parte, aprovado por unanimidade pela Casa, foi constituir uma Comissão Especial para tratar do assunto e até hoje não foram designados os membros da Comissão, até hoje não se formalizou esta Comissão e quero declarar a V. Exa., eminente Deputado, de que não será pelo agulhamento de quem quer, que seja, não será pelo desejo individual que haverei de abrir mão das informações que possuo e que devem ser trazidas a juízo no momento certo e no órgão certo.

Quero declarar a V. Exa. que se assim atuo o faço taticamente, porque qualquer atitude tomada na amplitude deste Plenário poderá diluir, poderá comprometer o trabalho de uma Comissão que pretendo possa agir com maior seriedade para equacionar o problema.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Eneas Faria, inicialmente gostaria de falar a V. Exa. que melhor do que eu talvez, porque já exerceu o cargo de Vereador do Município de Curitiba, sabe que, regimentalmente, a Mesa Executiva é constituída por três membros: Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, os demais membros, Vice-Presidente e 3º e 4º Secretários, são meros substitutos.

O SR. ENEAS FARIA — Já que V. Exa. me fere as condições de melhor conhecedor da vida parlamentar, quero dizer que a simples leitura do Regimento Interno acaba de ser contraditado quando se refere a Mesa e Comissão Executiva.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Então, V. Exa. sabe tão bem quanto eu, que os demais membros da Mesa são meros substitutos eventuais. Aliás, comentei com os demais Deputados, que ocupam as demais Secretarias e Vice-Presidência, como eventuais substitutos, que deveríamos participar das decisões maiores da Comissão Executiva, e não só substituí-los na eventualidade dos trabalhos. Portanto, é falho o nosso Regimento, não constando que os demais membros sejam convocados nas reuniões da Mesa Executiva. Por este motivo, não temos conhecimento do que ficou deliberado naquela oportunidade. E não era da minha obrigação, regimentalmente, que nós os outros membros, tivéssemos conhecimentos desses fatos.

E com referência ao aspecto que V. Exa. abordou que a constituição dessa Comissão está nas mãos da Comissão Executiva, temos a relatar o seguinte: naquele episódio dos taxis de Curitiba, quando houve aquele sequestro até hoje não explicado, V. Exa. no momento em que foi comunicado da prisão, se alterou como era natural. E disse que traria ao Plenário os verdadeiros nomes dos verdadeiros culpados e as forças que estavam por trás disso. Creio que foi esse o meu entendimento naquele episódio. E nós, Deputado Eneas Faria, que estamos com toda a vitalidade de uma recém-eleição para esta Casa, temos para conosco que todos os assuntos aqui trazidos são sérios. E estamos com vontade de estudar e verificar tudo o que vem a Plenário. E votaremos a favor dos projetos, sejam oriundos de Deputados da ARENA ou do MDB, que nos pareçam válidos. Então, creio que V. Exa. falou que traria ao Plenário as verdadeiras forças, as verdadeiras causas de tudo aquilo.

Por isso, quando estava apartando o Deputado Valter Pietrângelo, mais para responder ao Deputado Del Ciel que me acusava, de certa forma sobre um Requerimento, dei o aparte a ele, porque não admitirei que se faça dessa Tribuna um Palanque eleitoral. Porque acho que as coisas aqui são sérias e devem ser tratadas com a maior seriedade, como estamos pretendendo. Demagogia, admiti na campanha que alguns Deputados, mas não aqui.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. se queixou de uma falha da Comissão Executiva e quer me aparecer que a falha é da liderança dos Partidos. Cabe aos Líderes da indicação dos membros que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com o Regimento. Assim, se

V. Exa. deseja bater em alguém, bata nesse humilde servidor do povo, que tem culpa em cartório, mas também não fui acionado por nenhum companheiro ou elemento de qualquer Bancada para que fizesse essa indicação.

O SR. ENEAS FARIA — Agradeço a informação de V. Exa. e devo dizer que o conhecimento do Regimento Interno, sabia eu até onde se estendia a minha participação e ela se esgotou com o Requerimento e sua votação. Quer entretanto me parecer que o assunto é melindroso e alguma coisa deve ser explicada. Encontrei muita sobriedade e bom senso no eminente Presidente da Casa, então me coloquei na posição de expectativa, esperando que no momento certo, na oportuna hora, se pudesse formalizar a Comissão, iniciando então, os trabalhos. Mesmo porque, não há pressa para as coisas, aqui ficaremos algum tempo para poder resolver a questão. Agradeço a V. Exa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Aviso ao nobre orador que tem apenas mais 1 minuto para terminar sua oração.

O SR. ENEAS FARIA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Deputado, serei breve, em meu aparte.

Quero apenas dizer que parece haver contradição no que V. Exa. acaba de dizer, porque no momento em que ocupava a Tribuna, naquela oportunidade, tendo em vista acirramento de ânimos, V. Exa. pedia medidas urgentes para evitar fatos mais graves; ou será que não havia, necessidade de urgência? Ou V. Exa. está sendo incoerente? V. Exa., naquela oportunidade, falou que havia necessidade de medidas drásticas, urgentes, em torno das duas posições, dos taxis de Curitiba porque poderia haver uma guerra entre piranhas e titulares.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Presidente, solicito a V. Exa., a prorrogação do tempo, para poder cumprir minha passagem pela Tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devo dizer a V. Exa. que talvez não esteja bem lembrado ou não se apercebeu bem. Disse que traria ao Plenário e o farei na hora em que entender mais correta, mas disse também, e as notas taquigráficas estão aí, para dar testemunho disso, que o local apropriado seria a Comissão Especial, pela qual eu propugnava e tentava sua constituição e lá, me parece de mais bom senso, me parece até taticamente o melhor local, para se iniciar o debate a respeito do assunto, para se trazer mais luz e informações à matéria.

Quanto ao aspecto eminentemente policial, e quanto também ao sequestro. V. Exa. haverá de perceber pela leitura das notas taquigráficas, até aonde foi a informação feita aqui da Tribuna, haverá de constatar também, que as demais informações que vieram a este Plenário, não foram trazidas por este Deputado, outros se encarregaram de trazê-las.

Era tão somente, eminente Deputado, mas para aquietar o seu espírito, para retirar qualquer dúvida que V. Exa. possa ter, devo dizer que estou atento e que no momento certo, no local apropriado, trarei as informações necessárias para a elucidação do problema.

Devo dizer ao nobre Deputado que teremos tempo, se não me engano é de quatro anos o nosso mandato, e portanto aqui estaremos a denunciar os casos que devem ser denunciados. Devo dizer que esta Casa de Leis deve tomar apenas consciência para um outro sentido de trabalho. Aqui não estamos para tecer elogios ao que já foi realizado, aqui estamos para nos engajar ao processo de desenvolvimento, aqui estamos para nos engajarmos à luta em prol do progresso do Paraná.

Quero fazer um apelo à Mesa e a este Plenário, para que passemos decididamente a trabalhar pela reformulação do Regimento Interno para que ele se atualize, para que ele se torne mais de acordo com os dias em que estamos vivendo. Este o apelo que tinha a fazer à Mesa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Comissão Executiva da Assembléia, esclarecendo o que foi ventilado durante a Explicação Pessoal, comunica a Casa que está aguardando a conclusão das investigações que estão sendo feitas pela Diretoria da Polícia Civil, para então solicitar dos Srs. Líderes que informem o nome dos Deputados que irão compor a Comissão de Inquérito referida naquela oportunidade.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, na qualidade

de líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, quero agradecer a informação de V. Exa. que nos coloca na posição certa, a de quem aguarda o pronunciamento da Mesa para então indicar o nome dos Deputados que deverão compor a Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 31, segunda-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/73.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Reuniões das Comissões, foi instalada a Comissão de Instrução Pública. Assumiu a Presidência da forma regimental, o Senhor Deputado Rosário Pitelli, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. O Senhor Deputado Werner Wanderer, com a palavra, indica o nome do senhor Deputado Rosário Pitelli, para presidente e o Senhor Deputado Edilson Alencar indica o nome do Senhor Deputado Nelson Buffara, para ocupar a Vice-Presidência. Colocadas em votação, ambas as proposições são aprovadas por unanimidade. Assume a Presidência o Senhor Rosário Pitelli, para agradecer em seu nome e também no do senhor Deputado Nelson Buffara, a confiança neles depositada, pelos ilustres membros da Comissão. Na oportunidade designou a funcionária Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei Ata, a presente, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente e demais membros presentes, na reunião, para que produza os efeitos legais.

- a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
- a) NELSON BUFFARA — Vice-Presidente
- a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária
- a) WERNER WANDERER
- a) EDILSON ALENCAR

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões, com a presença dos senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont, Ernesto Dal Oglin e Otássio Pereira, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência, na forma regimental, o senhor Deputado Alfredo Gulin. Constatada a existência de número legal, o senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a unanimidade de votos dos nomes dos senhores Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Otássio Pereira da Silva, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para qual foi eleito, o senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas às terças-feiras após a Sessão Plenária, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo para permanecer como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produ-

zir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada foi assinada pelos Senhores Presidente e demais membros e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

- a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Presidente
- a) OTASSIO PEREIRA DA SILVA — Vice-Presidente
- a) MARLENE COUTO DE CRISTO — Secretária
- a) ALFREDO GULIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniram-se os Srs. Deputados Accioly Neto, Adalberto Daros, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Eneas Faria, Ezequias Losso, Ivan Rüppel, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezzi e Waldenício Barbalho, com o fim específico de instalar a Comissão de Constituição e Justiça, e eleger seu Presidente e Vice-Presidente, para a presente Sessão Legislativa. A reunião foi presidida, na forma regimental, pelo Sr. Deputado Waldenício Barbalho, que declarou instalada a Comissão e solicitou aos presentes a indicação dos membros para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, propôs os nomes dos Srs. Deputados Accioly Neto e Waldenício Barbalho, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Colocada em votação foi aprovada a proposta por unanimidade. O Sr. Presidente eleito assume a Presidência e agradece ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares a indicação, bem como a aprovação dos demais membros, ressaltando a honra de ocupar a Presidência, esclarecendo que será recompensada pelo cumprimento das normas de justiça e equidade, bem como do Regimento Interno, vão vindo aqui siglas partidárias, e sim um conjunto de homens capazes que tão bem representarão a Comissão nesta Sessão Legislativa, inaugurando, assim, uma nova era neste Poder. O Sr. Presidente solicitou aos Senhores Membros indicação do dia e hora para as reuniões ordinárias da Comissão. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares sugeriu que fosse adotada as quartas-feiras, às dezessete horas, tendo em vista ser metade da semana e já ser praxe em outros anos. A matéria foi aprovada por aclamação, com eventual convocação ordinária, caso se faça necessária. O Senhor Presidente propôs, ainda, seja solicitado o Serviço de Taquigrafia desta Casa, para anotações das reuniões, considerando a importância dos trabalhos que realizará nesta Comissão. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares sugeriu também, que sejam compiladas as notas taquigráficas, para os Anais dos trabalhos. Aprovada a proposta, o Senhor Deputado Luiz Roberto Soares propôs, ainda, que sejam convidadas figuras de renome dentro do Direito, para debater temas interessantes e Secretários de Estado para dirimir problemas estaduais. O Senhor Deputado Nilso Sguarezzi requereu seja solicitado ao Tribunal de Justiça do Estado o anteprojeto de Lei, que visa a reorganização judiciária do Estado. O Senhor Presidente coloca em votação os requerimentos. Aprovados. O Senhor Deputado Ezequias Losso apresentou como sugestão a vinculação do deputado relator da matéria, sempre que o Projeto entrasse em discussão, fazendo a sua defesa oral em plenário. O Sr. Presidente esclareceu que em se tratando de Veto do Poder Executivo, o que se discute na Comissão não é o mérito da matéria vetada, em si, mas a sua forma, e que ele se declara totalmente contra. Exemplificando diz que a justificativa do Veto não convence, mas na Comissão não se pode entrar no mérito do Veto, assim sendo, solicitou aos Membros que o parecer sobre os Vetos sejam elaborados dentro do mérito, e não apenas na sua forma, abolindo completamente os impressos confeccionados pela Comissão, que os examina apenas no seu prazo constitucional. O Deputado Ezequias Losso indagou se há omissões da Comissão no sentido de fixar nos pareceres a posição da constitucionalidade ou não. O Deputado Luiz Roberto Soares sugeriu que fosse adiada a discussão, por se tratar de matéria complexa. Aprovada a sugestão. O Sr. Presidente distribuiu aos Relatores os vinte e seis Vetos existentes na Comissão, solicitando sua devolução com o respectivo parecer para amanhã, quarta-feira, na primeira reunião ordinária da Comissão. O Sr. Presidente solicitou ainda, o assessoramento técnico de um Assistente Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder. Nada mais ha-

vendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Membros presentes e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, desta Comissão.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS
- a) DENI SCHWARTZ
- a) ENEAS FARIA
- a) NILSO SGUAREZZI
- a) DACIO LEONEL
- a) EZEQUIAS LOSSO
- a) IVAN RÜPPEL
- a) LUIZ ROBERTO SOARES
- a) FABIANO BRAGA CORTES
- a) WALDENICIO BARBALHO
- a) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala das Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Srs. Deputados Adalberto Daros, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Eneas Faria, Waldenício Barbalho e Accioly Neto, Presidente da Comissão. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Deputado Luiz Roberto Soares apresentou parecer favorável às seguintes PROPOSIÇÕES: 13/75, veto apostado ao Projeto de Lei nº 54/74, de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, 15/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 38/74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. 26/75, veto apostado ao Projeto de Lei nº 185/74, de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Aprovado os pareceres. O Sr. Presidente esclareceu que não haverá sessões plenárias na próxima semana, solicitando, assim, fosse determinada nova reunião na semana. Ficou assentado, com aprovação dos presentes, que se fará uma reunião extraordinária amanhã, quinta-feira, às dezesseis horas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) Rita Celestino Soares — Secretária

BALANCETE:

DFCP — CONTABILIDADE GERAL — BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1975

ATIVO

DISPONIVEL	2.491.634,85	2.491.634,85
Tesouraria		
EXECUÇÃO DA DESPESA	3.857.568,56	
Venc. e Vantagens Fixas	1.779.761,03	
Desp. 3r. c/p. Civil	70.000,00	
Material de Consumo	487.159,27	
Serviços de Terceiros	137.430,00	
Encargos Diversos	17.777,00	
Desp. Exerc. Anter.	331.078,00	
Subvenções Sociais	470.845,18	
Inativos	96.032,62	
Pensionistas	53.684,89	
Salário Família	14.584,00	
Equip. e Instalações		
Material Permanente		
Aux. p/obras públicas		
Contrib. de Prev. Social	1.035,38	
CONTAS PENDENTES	1.035,38	7.316.955,93
Despesas Diferidas		

SOMA DO ATIVO..... 9.808.590,78

PASSIVO

LIBER. SECR. FAZENDA

PESSOAL	3.815.000,00	
Venc. e Vant. Fix.	1.750.000,00	
Deps. Var. c/P. Civil	500.000,00	
Inativos	210.000,00	
Pensionistas	57.000,00	
Salário Família	5.000,00	6.337.000,00
Contrib. Prev. Social		

OUTRAS DEPENDAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	100.000,00	
Serviços de Terceiros		
Encargos Diversos	150.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	50.000,00	
Subvenções Sociais		300.000,00

CAPITAL

Equip. e Instalações		
Material Permanente		
Aux. p/obras Públicas		

6.637.000,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	159.485,72	
Despesas Processadas	108.817,50	
Folhas de Pagamento	818.100,63	
Restituições	12.807,21	
Consignações		1.099.211,06

RESTOS A PAGAR

Empenhados	751.825,66	
Processados	31.479,00	783.304,66

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes	1.289.075,06	1.289.075,06	3.171.590,78
SOMA DO PASSIVO			9.808.590,78

Palácio "19 de Dezembro, em 28 de fevereiro de 1975

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINARIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião que o Deputado IRIS CALDART, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 22/74 de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza a P.E. a construir no Bairro do Capanema um complexo educacional que abranja os cursos de 1ª e 2ª Graus, bem como instalações destinadas à prática esportiva, em substituição ao atual estabelecimento de ensino "HILDEBRANDO DE ARAUJO". PROJETO DE LEI Nº 84/74, de autoria do deputado Antonio Lopes Junior que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cel. WASHINGTON MANOEL DE SOUSA BERMUDES. PROJETO DE LEI Nº 101/74, de autoria do deputado Maurício Frust, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Eng. PAUL GARFUNKEL. PROJETO DE LEI Nº 126/74 de autoria do deputado Erondy Silvério, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao ex-Governador do Estado doutor PAULO PIMENTEL. PROJETO DE LEI Nº 130/74, de autoria do Poder Executivo, — mensagem nº 51/74 encaminhando anteprojeto de lei complementar, que dispõe sobre o Código Sanitário. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 185/74, de autoria do deputado João Mansur, que autoriza o P.E. a abrir crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para auxiliar a Associação dos

Servidores Públicos do Paraná, na manutenção de sua Colônia de Férias no Balneário de Caiobá. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição nº 48/74, que aprova o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado, para execução de projeto de informação do mercado agrícola. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/74, de autoria do deputado Iris Caldart, que cria a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/74, de autoria da Comissão Executiva, que eleva os subsídios dos deputados estaduais para a 8ª Legislatura, na forma que especifica. E pelo deputado Basílio Zanusso, foi apresentada redação final ao PROJETO DE LEI Nº 267/73, de autoria do Poder Executivo — mensagem nº 101/73, encaminhando anteprojeto de lei, que cria no Quadro Próprio do Corpo Instructivo do Tribunal de Const do Estado, os Cargos Isolados em Comissão que especifica. APROVADA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, LELIO GUIMARÃES SOTO-MAIOR, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) LELIO GUIMARÃES SOTO-MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental, art. 40. pelo Senhor Deputado Benedito Lucio Machado, e contando com as presenças dos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo da Silva, Gilberto Carvalho, Mattos Leão, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk, e Deni Schwartz. Havendo o número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Benedito Lúcio Machado, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o senhor Deputado Quielse C. Silva, agradece seus nobres pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a mesma funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica a funcionária Terezinha Barbosa de Moura e Claro para exercer a função de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros e por mim secretária.

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — Presidente

a) BENEDITO LUCIO MACHADO — Vice-Presidente

a) Terezinha Barbosa de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala das Reuniões das Comissões instalou-se a Comissão de Orçamento. Verificada a existência de quorum, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domício Scaramella, de acordo com o que estabelece o Artigo 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, constatou-se a presença dos senhores Deputados: Jorge Sato, Egon Pudell, Antonio Facci, Trajano Bastos de Oliveira, Em seguida, o Deputado Domício Scaramella disse da necessidade de processarem as eleições para Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão. Pedindo a palavra, o Deputado Antonio Facci submeteu à apreciação de seus pares o nome do Deputado Jorge Sato para ocupar a Presidência. Os demais presentes aceitaram a indicação por unanimidade. Assumindo a presidência, o

Deputado Jorge Sato agradece a confiança nele depositada, deixando livre a palavra. Fazendo uso desta, o Deputado Trajano Bastos de Oliveira indica a consideração dos demais, o nome do seu companheiro Deputado Antonio Facci para a Vice-Presidência. Igualmente por unanimidade, foi igualmente aceita a indicação. Retomando a palavra, o Sr. Presidente disse de sua intenção de bem desempenhar a honrosa missão que lhe foi confiada. A seguir, indicou o nome da funcionária Elcy Silva Batista, funcionária deste Poder, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputados e por mim, Secretária.

- a) JORGE SATO — Presidente
 a) ANTONIO FACCI — Vice-Presidente
 a) DOMICIO SCARAMELLA
 a) EGON PUDELL
 a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
 a) Elcy Silva Batista - Secretária

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1090/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar a pedido, IRACILDA SILVA SERTORIO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Auxiliar de Gabinete do MDB, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- A) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 147/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1090/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JUDITH SCHOLTZ, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Auxiliar de Gabinete do MDB, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1510/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar a pedido os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dos cargos abaixo discriminados, no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 1975:

- ACIR TEIXEIRA — Chefe de Gabinete
 IRANI CARINI — Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 149/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1510/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo discriminados, na Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 1975:

- ACIR TEIXEIRA — Chefe de Gabinete
 IRANI CARINI — Auxiliar de Gabinete
 MAURICIO GONÇALVES — Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 150/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1510/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar HUGO M. KOSOP, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Liderança da Arena, sem prejuízo de vantagens inerentes ao cargo, a partir de 10 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 151/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1303/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar LENI SABOIA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Auxiliar de Gabinete da Liderança do MDB a partir de 1º de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 152/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1303/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar GLACI BELICH, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Auxiliar de Gabinete do MDB, percebendo as vantagens inerentes a partir de 1º de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
 a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
 a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 153/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1421/75, de 28 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar a pedido CELSO APPARECIDO DE CASTRO e RONALDO LOPES LINHARES, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Auxiliar de Assistência Técnica à Mesa, do Gabinete de Assistência Técnica.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente.
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 154/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1421/75, de 28 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários CELSO APPARECIDO DE CASTRO e RONALDO LOPES LINHARES, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assistente Técnico, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 155/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1557/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar a pedido os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupantes dos cargos abaixo discriminados, no Gabinete da Liderança da ARENA, a partir de 3 de março de 1975:

- LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT — Chefe de Gabinete
- MANOEL AGUIAR FILHO — Auxiliar de Gabinete
- NILVA MARIA MORO — Auxiliar de Gabinete
- NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA — Motorista do Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 156/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1557/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo discriminados, no Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes a partir de 3 de março de 1975.

- MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELEM — Chefe de Gabinete
- MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE — Aux. de Gabinete
- MANOEL AGUIAR FILHO — Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 157/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1557/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo nº 165/73, de 2 de abril de 1973, que atribui a VALDOMIRO CAMARGO, funcionário ora a disposição deste Poder Legislativo, a gratificação de função símbolo F-5, de motorista na Liderança do Governo a partir de 3 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", de 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1557/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

atribuir a VALDOMIRO CAMARGO, (funcionário ora a disposição deste Poder Legislativo, a gratificação de função de motorista, símbolo F-5, no Gabinete da Liderança da ARENA, a partir de 3 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 159/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1557/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar EDGAR TÁVORA JUNIOR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para prestar serviços de Assessoramento no Gabinete da Liderança do Governo, sem prejuízo das vantagens inerentes ao cargo, a partir de 3 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1230/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, de acordo com o Art. 131 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 79 da Constituição Estadual, a ANTONIO MARTINS ANIBELLI, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença sem vencimentos, enquanto perdurar o seu mandato de Deputado Federal, a partir de 19 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário